

# NOSSO PRESENTE COMUM – O QUE A PANDEMIA PODE NOS ENSINAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

**Luana Vilutis<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

O objetivo deste texto é refletir sobre algumas características e limites do projeto de desenvolvimento em curso no mundo que a pandemia evidencia e agrava, ao mesmo tempo em que acena para alternativas concretas, responsabilidades compartilhadas e perspectivas necessárias de transformação social, ambiental, cultural, política e econômica. A reflexão tem como pano de fundo a concepção de desenvolvimento sustentável. Recuperamos sua formulação na década de 1980, e a situamos no contexto atual para compreender em que medida a pandemia reforça a necessidade de implementação das lições e propostas do desenvolvimento sustentável para superação dos desafios do presente.

## **Introdução**

Se por um lado a pandemia de COVID-19 pegou muitas pessoas despreparadas, não podemos afirmar que os riscos do desenvolvimento em curso no mundo não vêm sendo denunciados há décadas. Não é preciso saber o que significa Antropoceno<sup>2</sup> para sentir os efeitos destrutivos da espécie humana no planeta Terra. O alerta global da crise climática foi feito diversas vezes, embora muitos talvez não o tenham escutado. Será que agora ficará mais difícil negá-lo ou atribuí-lo a um futuro distante? O que a pandemia revela, reforça e transforma? Podemos considerar este momento uma inflexão no projeto de desenvolvimento em curso há quase um século? São algumas dessas questões que trataremos aqui.

---

<sup>1</sup> Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: luanavilutis@gmail.com

<sup>2</sup> Era geológica conformada pela ação do homem no planeta, na qual as alterações provocadas em seu funcionamento são resultantes de modificações antrópicas e não por processos biogeofísicos.

Teremos como ponto de partida a concepção de desenvolvimento sustentável, para recuperar sua proposição e perspectiva desde a década de 1980 e, assim, poder situá-la no contexto atual, identificando sua relação com a pandemia. Ela trata de uma leitura do desenvolvimento para além do PIB e da acumulação de riquezas e renda. Nessa perspectiva, não é só o crescimento econômico que interessa, mas as dimensões ambientais, sociais, culturais e políticas são igualmente necessárias para que seja possível viver sem comprometer a reprodução da vida de modo geral.

Outro ponto de partida conectado a esse diz respeito ao caráter multidimensional da crise atual, ela tampouco é somente econômica ou sanitária, mas ambiental, política, cultural e social. Em suma, trata-se de uma crise civilizatória que não começou com a pandemia, ela veio para agravar limites e contradições mais profundas de nossa sociedade e do projeto de desenvolvimento em curso. Nos interessa compreender em que medida a pandemia reforça a necessidade de implementação das lições e propostas do desenvolvimento sustentável para superação dos desafios do presente.

### **Desenvolvimento sustentável: passado, presente e futuro**

O conceito de desenvolvimento sustentável foi amplamente difundido na década de 1980 a partir da criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas e de seus relatórios, como o *Nosso Futuro Comum*. Esse documento de 1987, também conhecido como *Relatório Brundtland*, critica o modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, reforçando que os padrões de produção e consumo não podem ser fundamentados na devastação da natureza e na exploração indiscriminada, excessiva e sem controle dos bens naturais.

O documento avança na concepção de desenvolvimento sustentável ao apontar para a necessidade de uma transformação cultural e de responsabilização compartilhada pelo impacto gerado pelo crescimento econômico. Esse compartilhamento corresponde às diferentes gerações impactadas pelo desenvolvimento, bem como aos diversos atores envolvidos: Estados, iniciativa privada e sociedade civil, e também diz

respeito à pluralidade de países responsáveis, desenvolvidos e em desenvolvimento, com suas variadas organizações sociais e econômicas.

Como o próprio nome do documento revela, a preocupação existente desde aquela época era garantir às gerações futuras a possibilidade de satisfação de suas necessidades. A concepção de desenvolvimento sustentável que o Relatório afirma reside justamente nessa preocupação e nesse cuidado. Ao conceber o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46), o Relatório *Nosso Futuro Comum* lança o compromisso e a necessidade de operar uma mudança de postura ética para garantir, no presente, a possibilidade de crescimento e desenvolvimento.

Esse “duplo postulado ético de solidariedade”, como afirmou Sachs (2005, p. 156), ao considerar a solidariedade sincrônica com as gerações presentes, e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras, está mais atual do que nunca. Qualquer semelhança com os argumentos que impulsionaram mobilizações sociais da contemporaneidade como *Fridays For Future*<sup>3</sup> e inspiraram lemas difundidos amplamente em diversos países como Não existe Planeta B, não é mera semelhança. A preocupação em existir um planeta habitável para as gerações futuras se tornou tão grave e urgente que situações críticas como a pandemia impõem o questionamento imediato se temos um planeta habitável para a geração presente, para a noite do dia de hoje.

A solidariedade intergeracional que integra a noção de desenvolvimento sustentável tem implícita a perspectiva de equidade social entre gerações e também de equidade em cada geração. O aspecto da equidade é fundamental para a sustentabilidade, pois concebê-la apenas através da igualdade não é suficiente para superar as assimetrias existentes. Para vencer iniquidades e preservar a diversidade sociobiocultural, é necessário reconhecer as diferenças e não descaracterizá-las, o que significa que não podemos tratar igual os diferentes. Trata-se de um crescimento economicamente regulado e ambientalmente prudente, com distribuição,

<sup>3</sup> *Sextas-feiras pelo Futuro* é um movimento popular iniciado pela sueca Greta Thunberg em 2018 com protestos contra a inércia do Parlamento de seu país em relação à contenção das mudanças climáticas. A partir disso, teve início uma mobilização global de estudantes por um futuro climático seguro, em 2019 foi organizada uma greve mundial de estudantes com a participação de mais de 100 países e se articulou também um movimento de familiares em apoio aos jovens e às suas demandas, o Parents for Future.

justiça social e respeito à condicionalidade ecológica, orientado pela superação das desigualdades entre os países e pela promoção da diversidade dentro dos países.

## **Pandemia, desigualdades e privações**

Para que haja uma efetiva diminuição dos impactos das políticas de desenvolvimento em curso há décadas no mundo, é preciso rever o acesso a recursos e a distribuição de custos e benefícios em defesa da igualdade de oportunidades e da liberdade de escolha. Ao conceber o desenvolvimento como liberdade, Amartya Sen (2000) a elege como indicador de êxito ou fracasso do desenvolvimento. Segundo essa concepção, a liberdade como elemento constitutivo básico do desenvolvimento é responsável pela expansão das capacidades humanas, pelo aumento das possibilidades de as pessoas viverem o tipo de vida que valorizam, alcançarem os resultados que desejam, poderem cuidar de si e influenciar no mundo.

Essas formas de privação de liberdade foram reforçadas na pandemia, o que por sua vez exacerbou contradições, desigualdades e outras insustentabilidades que não são apenas ambientais, nem econômicas, mas dizem respeito à crise civilizatória mais profunda em que estamos inseridos como sociedade. A crise sanitária trouxe à tona um conjunto de outras crises que a antecedem e correspondem a limites do modelo de desenvolvimento predatório, extrativista e acumulativo adotado no mundo. No Brasil, somamos a esse limiar uma crise política profunda, evidenciada pela necropolítica em curso. No mundo, basta ler qualquer relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPPC)<sup>4</sup> para conhecer a origem e os riscos das mudanças climáticas, bem como compreender a necessidade urgente de mitigar seus impactos - o que implica mudar hábitos, rever posturas éticas e se engajar em transformações sociais e culturais mais profundas.

Se a COVID-19 pode ser considerada uma pandemia democrática ao atacar corpos humanos independentemente de sua classe social, a possibilidade de tratamento e de sobrevivência após o contágio é profundamente desigual, perversa e antidemocrática. A privação de direitos básicos, como acesso à água, ao sistema público de saúde, à proteção

4 The Intergovernmental Panel on Climate Change: <https://www.ipcc.ch/>

social e à moradia – para citar apenas algumas restrições – são cruciais na sobrevivência humana ao vírus.

Pesquisa do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro revela como a pandemia reforçou as assimetrias causadas pela desigualdade social em que vivemos. Com uma amostra de 29.933 casos considerados encerrados (com desfecho de recuperação ou óbito), a pesquisa revelou que a diferença de óbitos entre os pacientes brancos e os pretos e pardos infectados foi de mais de 17%. Enquanto 54,78% dos pacientes pretos e pardos vieram a óbito, esse percentual dentre os pacientes brancos foi de 37,93%. A diferença se mantém em todas as faixas etárias. A letalidade da doença frente à população negra supera a branca em todos os indicadores. A pandemia reforça ainda mais as assimetrias e desigualdades existentes na sociedade.

O descaso do governo federal com os povos indígenas é assombroso e alarmante. Situações críticas no Brasil não nos permitem enquadrá-las em um contexto de omissão do Estado, mas sim de iniciativas que aumentam ainda mais a vulnerabilidade da população indígena, negando-lhes direitos e permitindo o aumento da grilagem e do garimpo em suas terras. Casos de transmissão do vírus por profissionais de saúde se repetem nas aldeias, bem como também acontece com frequência o contágio de indígenas ao buscarem auxílio emergencial nas cidades<sup>5</sup>. Como a população idosa é a mais afetada pelo contágio, a difusão da COVID-19 tem provocado a morte de anciões, detentores de conhecimentos ancestrais, mestres de saberes, guardiões das florestas, guias de gerações mais novas com ensinamentos, histórias, rezas e curas. Com a pandemia o Brasil perdeu guardiãs de sementes, rezadeiras, caciques, ilustradores, legados vivos de lutas e resistências, memórias vivas de cosmovisões. São narrativas silenciadas, histórias apagadas, bibliotecas incendiadas, cantos perdidos, conhecimento invisibilizado num processo que se repete desde 1500 e é profundamente injusto.

Esses aspectos reforçam o que foi constatado desde a Segunda Guerra Mundial: não é possível pensar o desenvolvimento apenas a partir da perspectiva economicista. E para que isso se torne uma prática efetiva,

<sup>5</sup> Essas e outras ações comprometedoras do Governo Federal junto às populações indígenas durante a pandemia podem ser acessadas na linha do tempo elaborada pelo Instituto Socioambiental. Disponível em <[https://cdn.knightlab.com/libs/timeline3/latest/embed/index.html?source=IPOkjkLhCDRzQwpCTpNHinW5PPDn5nVFcAQKXxj0w6aE&font=Bevan-PontanoSans&lang=pt-br&initial\\_zoom=2&height=650](https://cdn.knightlab.com/libs/timeline3/latest/embed/index.html?source=IPOkjkLhCDRzQwpCTpNHinW5PPDn5nVFcAQKXxj0w6aE&font=Bevan-PontanoSans&lang=pt-br&initial_zoom=2&height=650)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

é preciso haver atuação do Estado e das empresas, ou seja, é preciso políticas públicas e investimentos privados, além de engajamento social. A pandemia reeditou o debate Economia x Vida, onde o lema *business as usual* revelou mais uma vez seus limites, agora com mortes expressivas da população. Esse debate reforçou a polarização da sociedade e recolocou a questão de prioridades para o Estado, a indústria e o setor comercial. Para a população em geral, restaram poucas opções. Quem não tem o privilégio de praticar o isolamento social, enfrentou o dilema entre os riscos do desemprego e da contaminação, considerando os agravantes da fome e da morte que muitas vezes decorrem e resultam dessas “falsas opções”.

No contexto da pandemia, salvar a economia ao invés de salvar vidas já se mostrou uma estratégia falida. A abertura de shoppings em algumas capitais está longe de trazer solução para a crise econômica. A queda no faturamento das lojas após a reabertura chega à marca de 90% em relação ao período pré-pandemia, o que faz pensar que mesmo em atividade, não será vantajoso manter a loja funcionando devido ao alto valor de pagamento do aluguel e às baixas vendas. Há outros países que retomaram suas atividades após o *lockdown* e devido à nova onda de contágio precisaram fazer novo fechamento, sem reabilitar a economia.

### **“Vivemos um entreacto com orquestra”<sup>6</sup>**

Assim como o projeto de desenvolvimento pautado pelo crescimento econômico já deu demonstrações inequívocas de fracasso, a dinâmica de acumulação predadora de capital fictício também se mostrou insustentável. Entretanto, ainda não foi possível implementar caminhos contra-hegemônicos em massa. Vivemos um período histórico com diversas experiências alternativas, iniciativas locais, comunitárias e territoriais que operam outras lógicas e muitas vezes são organizadas em rede, experimentando na prática os preceitos do desenvolvimento sustentável. Na inflexão instalada pela pandemia, é importante destacar algumas dessas características.

Ao aliar o imperativo da sustentabilidade ao desenvolvimento fica evidente seu caráter multidimensional. Além da perspectiva de equidade social mencionada anteriormente, o desenvolvimento sustentável também

<sup>6</sup> PESSOA, 2006, p. 332.

sinaliza a importância de combinar diferentes lógicas econômicas: a mercantil com a economia de proximidade, associada ainda à dinâmica redistributiva operada por meio do acesso a recursos públicos. A economia solidária, em uma concepção plural, articula essas diferentes lógicas econômicas por meio de iniciativas em rede, orientadas pela reciprocidade e pela confiança, pautadas pela ajuda mútua e por doações.

Com a pandemia, uma série de ações solidárias foram mobilizadas, doações e campanhas foram organizadas massivamente, houve redução de valores de cobranças como aluguéis, tolerância maior por atrasos e endividamentos, flexibilização maior em negociações, dentre outras iniciativas. A pandemia acionou relações de empatia e alteridade, assim como foram estimuladas relações econômicas por proximidade, reveladas na preferência por efetuar compras nos mercadinhos de bairro ao invés de ir aos hipermercados transnacionais, dentre outras iniciativas. Essa economia por proximidade promove a sustentabilidade social e econômica do território ao mobilizar circuitos de produção e consumo locais. Estes, por sua vez, estimulam maior distribuição de renda nos bairros e fazem com que a riqueza circule no território, proporcionando um desenvolvimento mais sustentado localmente baseado em relações sociais de maior confiança.

Em termos ambientais, a pandemia evidenciou o impacto individual e coletivo das pessoas no planeta, seja mediante a percepção da redução da poluição sonora e do ar em grandes cidades, seja pelo aumento da presença de animais em áreas urbanas, dentre outros contextos. O impacto ambiental de alguns hábitos também pode ter sido percebido mais fortemente na pandemia por meio do questionamento relativo à produção e destinação de resíduos, ou ainda a partir de uma dedução lógica existente entre o consumo de carne animal, a expansão das fronteiras agrícolas e o impacto disso no surgimento do Coronavírus.

Ao mesmo tempo em que o contexto da pandemia mobiliza ações solidárias, estimula a empatia e a alteridade, e impulsiona questionamentos relativos a hábitos culturais de consumo, uso do tempo, produção e destinação de resíduos, manejo de recursos ambientais, construção de relações sociais, dentre outros. É inegável que também exista o outro lado da moeda. Como qualquer processo de transformação social e cultural, quando há avanços de um lado, há reflexos e refluxos de outro. O

negacionismo e a polarização ganharam força neste período, o racismo estrutural foi acentuado e os valores egoístas de privilégios de classe foram evidenciados. É nessa tensão e contradição onde reside a brecha possível de incidência para alargamento da transformação de valores.

Já que os limites do projeto de desenvolvimento em curso vêm sendo expostos repetidamente há décadas e as crises em curso não são novas, o que a pandemia pode nos revelar? Ela reforça que a mudança é necessária e urgente, mas mais do que isso, a pandemia a revela possível. A pandemia reposiciona a condição de agente dos indivíduos e reforça seu caráter público, de sujeito político, participante ativo, propositor e executor de ações de mitigação de impactos, de conscientização e transformação social. Esse é o caráter cultural da sustentabilidade, a possibilidade de autonomia e autodeterminação sendo exercida como parte de um processo maior de incidência na estrutura de poder. A partir do momento em que há um isolamento social dessa magnitude e ocorre um retiro global, muitas transformações são acionadas. Talvez a principal delas seja perceber que é possível suspender – mesmo que temporariamente – o ritmo de produção e reprodução da vida e operar seu direcionamento para práticas mais integradoras, justas e democráticas que permitam construir um presente sustentável para haver um futuro comum.

---

## REFERÊNCIAS

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod\\_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local**. Revista Organizações & Sociedade, Salvador, v. 15, n. 45. p. 219-232, abr./jun., 2008. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10961>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

NÚCLEO DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA EM SAÚDE (NOIS). **Nota Técnica 11 – Análise socioeconômica da taxa de letalidade da Covid-19 no Brasil.** Rio de Janeiro, 27 maio 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkklvkydO/view>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PESSOA, Fernando. **O livro do desassossego.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. In: **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.12, n.33, p.151-165, abr./jun. 2005. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10782/7730>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos et al. **População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde.** Estudos Avançados. 2020, vol. 34, n. 99, pp.225-244. São Paulo, maio/julho 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142020000200225&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200225&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SEN, Amartya. A perspectiva da liberdade. In: SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.